

Devedores unidos por melhores condições

Da sucursal de
BRASILIA

Brasil, México, Argentina e Colômbia divulgaram ontem uma nota conjunta, assinada por seus presidentes, considerando indispensável um "esforço concertado" da comunidade internacional para enfrentar os problemas criados pela dívida externa dos países em desenvolvimento.

Os quatro países já estão convocando uma reunião de chanceleres e ministros responsáveis pela área financeira, que será realizada

A nota conjunta afirma que os quatro países não podem aceitar, indefinidamente, os riscos que estão correndo e podem levá-los a "uma situação de insolvência forçada e de paralisação econômica prolongada".

O documento foi divulgado, no final da tarde de ontem, pelo Itamaraty. O porta-voz da chancelaria, ministro Bernardo Pericás, assegurou que de nenhuma forma a nota caracteriza a formação de um clube dos devedores. Ela apenas consolida posições comuns de países com pesada dívida externa, mas respeitadas suas peculiaridades. A nota teve contribuição do Itamaraty e do ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, dela não participando o ministro do Planejamento, Delfim Netto, porque estava viajando. Mas Delfim foi colocado a par dos termos da nota.

Antecedentes

No final da noite de sexta-feira, alguns jornais argentinos estavam alertados para a possibilidade de que a nota conjunta fosse divulgada ainda naquele momento. Por telefone, os quatro chanceleres mantinham contatos permanentes e o Palácio San Martín entendia que o documento não precisava esperar o dia de ontem.

Corria a versão, em Buenos Aires, naquele momento, de que a nota estava sendo retardada porque o ministro Saraiva Guerreiro defendia um texto menos afirmativo, desejando fugir de qualquer idéia de radicalismo, que pudesse criar uma confrontação com os países ricos e o sistema financeiro internacional. Essa versão foi desmentida em Brasília. Guerreiro não só aprovava a soma de

"no mais breve prazo possível", provavelmente em junho, para examinar o assunto. Os países devedores estão reivindicando, entre outros pontos, mudanças substanciais na política financeira e comercial internacional para permitir mais acesso aos mercados das nações ricas. Essas mudanças proporcionariam, também, alívio do peso do endividamento e retomada dos fluxos de financiamento ao progresso. Os países pedem melhores prazos de amortização e "períodos de graça", além da redução das taxas de juros.

coincidências a que os quatro países haviam chegado, como apoiava o tom geral do documento.

Ontem pela manhã o texto continuou sendo negociado e foi entendida a ausência da Venezuela. Embora relevante, a dívida desse país envolve principalmente entidades privadas. Mas esperava-se, ainda ontem, que Caracas fizesse algum tipo de manifestação solidarizando-se com a atitude de seus quatro parceiros latino-americanos.

A nota conjunta tornou-se natural e esperada após a importante reunião econômica de Quito, quando os países da América Latina resolveram somar esforços e coincidências em favor de uma posição comum diante de uma conjuntura mundial que consideravam perversa. A visita a Brasília, na última segunda-feira, do chanceler argentino Dante Caputo representou um novo impulso em prol do documento. O visitante colocou a questão para o ministro Saraiva Guerreiro e o presidente João Figueiredo e recebeu estímulo de ambos para ir avante no preparo da nota conjunta, com o apoio integral dos três outros parceiros.

Íntegra da Nota

"Os presidentes Raúl Alfonsín, da Argentina, João Figueiredo, do Brasil, Belisário Betancur, da Colômbia, e Miguel de La Madrid, do México, manifestamos nossa preocupação com o fato de que as aspirações de desenvolvimento de nossos povos, o progresso das tendências democráticas na região e a segurança econômica da nosso continente estão seriamente afetados por fato-

res externos e fora do controle de nossos governos.

Verificamos que os sucessivos aumentos das taxas de juros, a perspectiva de novos aumentos e a proliferação e a intensidade das medidas protecionistas criaram um panorama sombrio para nossos países e para a região em seu conjunto.

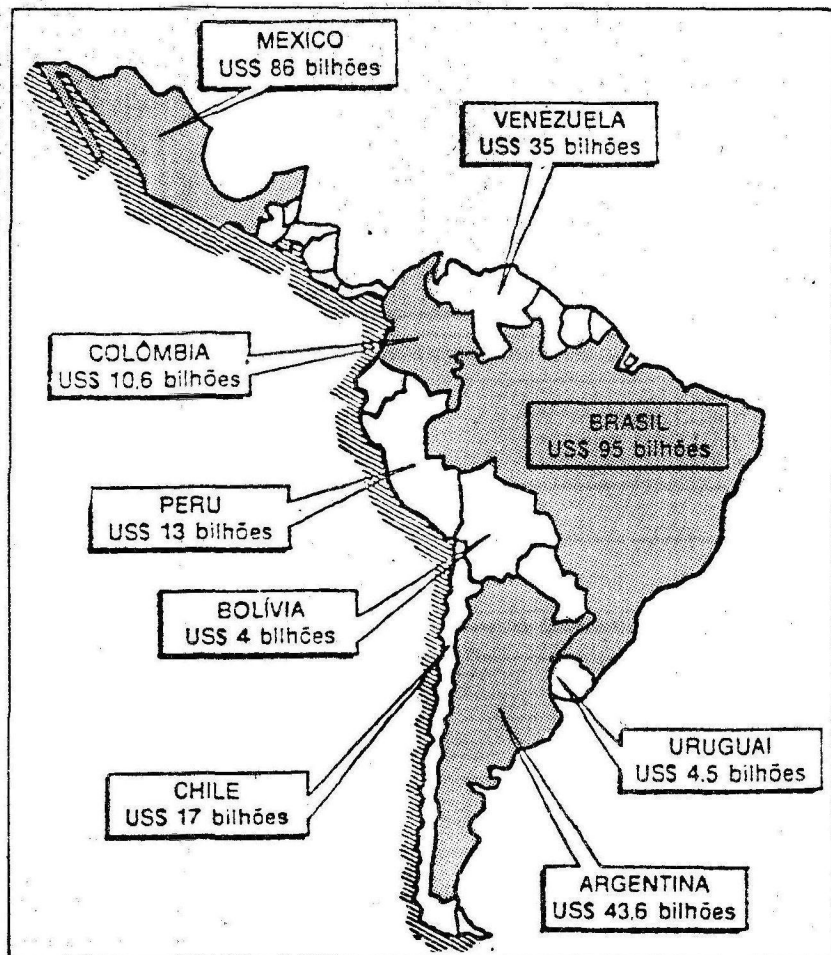
Nossos países não podem aceitar indefinidamente esses riscos. Temos expressado nossa firme determinação de superar os desequilíbrios e restabelecer as condições para a retomada do crescimento econômico e do processo de elevação do nível de vida de nossos povos.

Fomos os primeiros a demonstrar empenho em cumprir os compromissos financeiros em termos compatíveis com o interesse da comunidade internacional. Não aceitamos ser acoados a uma situação de insolvência forçada e de paralisação econômica prolongada.

Consideramos indispensável que se inicie, sem demora, um esforço concertado na comunidade internacional, com o objetivo de definir ações e medidas de cooperação que permitam resolver esses problemas, especialmente nos setores interligados do comércio e das finanças internacionais.

Em consequência, nós, os presidentes, propomos a adoção de medidas concretas para promover mudanças substantivas na política financeira e comercial internacional que ampliem as possibilidades de acesso dos produtos de nossos países aos mercados dos países desenvolvidos, representem um alívio substancial e efetivo do peso do endividamento e permitam assegurar a retomada dos fluxos de financiamento ao desenvolvimento. Em particular, devem-se obter prazos de amortização e períodos de graça adequados, e redução das taxas de juros, margens, comissões e outros encargos financeiros.

Em vista do exposto, convocamos uma reunião entre os chanceleres e os ministros responsáveis pela área financeira em nossos países, a realizar-se no mais breve prazo possível, reunião à qual serão convidados ministros de outros países latino-americanos, a fim de definir as iniciativas e os meios de ação mais apropriados, com vistas a alcançar soluções satisfatórias para todos os países interessados."



Os quatro países da AL temem a ameaça da insolvência

Arquivo